Ata da Decima Primeira Sessão Ordinária do Primeiro Período do Segundo Ano Legislativo. Aos 14 (quatorze) dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, na Câmara Municipal de vereadores, sob a presidência do Senhor **Gilvan da Silva Costa,** reuniram se os vereadores: **José Raimundo Bastos da Cunha, Narciso da Silva Gomes, Gilcimar Pereira dos Santos, Antônio Marcos de Souza Gomes, Genivaldo Santana de Carvalho, Wilson Gomes de Santana Júnior, Paulo Henrique dos Santos Silva, Helder Cabral Silva.** Constada a presença de nove senhores vereadores, o Senhor Presidente em nome de Deus, declarou aberta a sessão, em seguida votação da Ata da sessão anterior, discutida e aprovada por unanimidade. Do Expediente Oficio nº 27/2026 enviado a secretaria de administração Renata Ramos, Oficio nº 30/2026 enviado ao executivo, Oficio Circular nº 31/2026 enviado aos Vereadores Edmundo Pereira Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e José Raimundo Bastos Presidente Da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, Oficio nº 00139962350/2026 recebido da polícia militar, Oficio nº 09/2026 recebido do SINDSE, Oficio recebido da senhora Adriana Silva, Ofício n° 35/2026 recebido da SEADER, Projeto de Lei nº 12/2026 de autoria do executivo e indicação nº 13/2026 de autoria do vereador Adevonicio Passos. O Presidente passou a palavra a secretaria de administração, Renata Ramos, pelo período de quinze minutos, atendendo ao Requerimento de convocação nº 03/2026, informando que a mesma seria sabatinada após a sua apresentação. Em uso da tribuna, a secretaria iniciou seus esclarecimentos. informou que compareceu à convocação por entender ser importante prestar esclarecimentos e garantir maior transparência à gestão pública. Explicou que os questionamentos encaminhados estavam mais relacionados às ações e políticas públicas da Secretaria de Agricultura, enquanto a Secretaria de Administração atua principalmente na condução dos processos burocráticos e administrativos. Sobre a contratação de empresas terceirizadas para apoio às atividades agrícolas, esclareceu que o processo de aração de terra já foi concluído e homologado, com ordem de serviço emitida em 28 de abril, estando atualmente em execução, com mais de 70% dos serviços realizados. Informou ainda que o processo tramita desde 2025 e enfrentou imprevistos durante a licitação, devido à desistência da empresa inicialmente vencedora, sendo necessária a convocação de outras empresas até a assinatura do contrato atual. Destacou também que as

informações apresentadas foram obtidas junto ao secretário Luciano, que encaminhou relatório detalhando as ações desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura, documento que será compartilhado com os vereadores. Sobre a não formalização de parcerias com associações comunitárias, informou que, em conversa com o secretário Luciano, não houve conhecimento de nenhuma parceria que tenha sido iniciada e posteriormente impedida de ser concretizada por questões jurídicas, técnicas ou operacionais. Esclareceu ainda que as parcerias são formalizadas diretamente pelo gabinete do prefeito, com aval da Procuradoria Jurídica. Destacou, porém, que existem diálogos e aproximações com associações comunitárias visando futuras parcerias e ações conjuntas. Sobre as medidas adotadas para garantir suporte aos agricultores do município, a secretária informou que a questão está diretamente ligada à execução de políticas públicas da Secretaria de Agricultura. Relatou que, atualmente, na Secretaria de Administração, não há processos licitatórios em tramitação voltados para essa finalidade, exceto o processo de aração de terra, já em execução, e a realização de um seminário promovido pela Secretaria de Agricultura, cujo processo foi concluído recentemente. Informou ainda que o evento já está estruturado e os vereadores já receberam convite para participação. Sobre a previsão de regularização das ações, a secretária esclareceu que não existem ações pendentes de regularização, destacando que a Secretaria de Agricultura vem desenvolvendo diversas atividades e programas voltados ao apoio ao homem do campo. Citou ações como capacitação de agricultores e tratoristas, além de cursos oferecidos por meio da carreta do Senac, voltados também ao setor agrícola. Ressaltou ainda que a aração de terra faz parte de um conjunto de ações integradas da secretaria e não de uma medida isolada. Informou que os processos em tramitação na Secretaria de Administração já foram concluídos e destacou que o município se encontra em fase de elaboração do Plano Anual de Contratações para 2027. Explicou que as ações executadas em 2026 foram planejadas no plano elaborado em 2025 e publicado no Diário Oficial do Município, onde constam todas as atividades programadas pela Secretaria de Agricultura. Sobre a forma de contratação, a secretária explicou que, quando os projetos e programas das secretarias são finalizados e há necessidade de contratação, os processos são encaminhados à Secretaria de Administração para análise da modalidade adequada. Informou que nem todas as ações demandam licitação, já que

muitas são executadas pelo próprio corpo técnico das secretarias. Esclareceu ainda que, ao receber a demanda, a Secretaria de Administração avalia se será necessária licitação, contratação direta ou outro instrumento legal, incluindo parcerias por meio da Lei nº 13.019, com termos de fomento e colaboração junto às organizações sociais. Destacou que a Secretaria de Administração atua como intermediadora dos processos, recebendo as demandas das secretarias, organizando os procedimentos administrativos e realizando as licitações. Após a conclusão, os processos retornam às secretarias responsáveis para execução dos contratos e ações. Finalizando sua apresentação, a secretária informou que aquelas eram as perguntas encaminhadas à sua pasta, colocando à disposição o Ofício nº 039/2026, enviado pela Secretaria de Agricultura, contendo a relação das atividades já realizadas pela secretaria, bem como o planejamento das ações previstas até o final do ano de 2026. **O Vereador José Raimundo** afirmou que, em sua avaliação, o requerimento deveria ter sido direcionado à Secretaria de Agricultura, e não à Secretaria de Administração, ressaltando a firmeza e clareza da secretária durante os esclarecimentos. Destacou ainda a importância do processo de aração de terra como política pública de fortalecimento da agricultura, também parabenizou o secretário Luciano pelo trabalho desenvolvido em prol da agricultura familiar e do desenvolvimento econômico do município, citando ações voltadas à criação de galinhas caipiras e à produção de ovos e ressaltou ainda o incentivo à valorização dos produtores de quiabo de Santo Estêvão. **O Vereador Gilcimar Pereira** ressaltou que os questionamentos envolvem não apenas a aração de terras, mas o conjunto de ações voltadas à agricultura familiar. Citou atrasos na execução da aração nos anos de 2025 e 2026, ausência de parcerias efetivas com associações e a não realização da Feira da Agricultura Familiar em 2025, apesar de prevista em lei municipal. Também destacou cobranças frequentes dos agricultores sobre a falta de resultados das ações no campo, mesmo diante da existência de recursos e estrutura administrativa. Em seguida, questionou a secretária sobre a data de conclusão da licitação da aração de terras. Respondendo ao questionamento, a secretária informou que a ordem de serviço para a aração de terras foi emitida em 28 de abril, após a homologação do processo. Explicou que a primeira empresa vencedora da licitação desistiu da assinatura do contrato sem apresentar justificativa, motivo pelo qual foi aberto processo de apuração de responsabilidade,

conforme prevê a legislação. Relatou ainda que novas convocações foram realizadas até que outra empresa assinasse o contrato e iniciasse a execução do serviço. Destacou que processos licitatórios podem sofrer atrasos devido a situações imprevistas durante a tramitação. O vereador questionou se os trâmites burocráticos do processo não poderiam ser previstos, considerando os atrasos já ocorridos anteriormente na aração de terras e o calendário da agricultura familiar. Em resposta, a secretária informou que o processo foi publicado em 19 de dezembro de 2025 e conduzido com antecedência, obedecendo aos prazos legais. Explicou, porém, que situações imprevisíveis podem ocorrer durante a licitação, como a desistência de empresas vencedoras em assinar o contrato, sendo necessária a convocação das demais classificadas, o que acabou provocando atraso na execução do serviço. **O Vereador Helder Cabral** disse não ter nada a cobrar da secretaria, pois, em seu entendimento, o requerimento ao solicitar esclarecimentos da Secretaria de Administração especificamente sobre a aração de terras estaria equivocado, o mais adequado seria a presença do secretário Luciano, responsável pela pasta, por ter melhores condições de explicar questões relacionadas à aração de terras, agricultura familiar e contratos. Destacou que não pretende questionar se houve tempo hábil ou atrasos nos processos, afirmando que, para ele, a secretaria foi contundente em suas respostas e que se dá por satisfeito com os esclarecimentos apresentados. **O Vereador Wilson Gomes** afirmou saber da competência da secretaria e que, pela forma como ela se pronunciou, demonstrava entendimento sobre o que está sendo realizado. Contudo, solicitou que fosse analisada a possibilidade de antecipar algumas ações, ressaltando que isso ajudaria tanto o gestor quanto os moradores de Santo Estêvão. Em resposta, a secretária informou que o município se encontra no período de elaboração do Plano Anual de Contratações, documento que servirá como norteador para as contratações de 2027. Como o processo de aração de terras, que embora tenha sido iniciado em dezembro, o prazo não foi suficiente para sua conclusão, o que leva a gestão a analisar a possibilidade de iniciar esse tipo de contratação já no mês de novembro para o próximo ano. **O Vereador Narciso Gomes** afirmou que a secretária não estava sendo julgada ou investigada, mas apenas comparecendo à Casa para prestar esclarecimentos, inclusive sobre assuntos que, segundo ele, nem seriam diretamente de sua alçada. Em seguida, realizou um questionamento objetivo à secretária, perguntando quantas famílias seriam beneficiadas

pela aração de terras, bem como quantas horas de serviço estavam previstas. Em resposta, a secretaria respondeu que foram três mil horas contratadas, dessas três mil horas, 90% já foram realizadas, a relação de famílias o secretario certamente em essa informação. **O Vereador Paulo Henrique** solicitou que, nos próximos anos, haja mais celeridade no planejamento, destacando que o município possui um período de plantio de apenas 45 dias. Ressaltou ainda que muitas associações buscam melhorias, pois o município é dependente da agricultura, e relembrou as dificuldades enfrentadas em 2025, quando houve atraso no início das ações, prejudicando principalmente os pequenos produtores. **O Vereador Antônio Marcos** questionou a diferença entre o preço de referência da licitação, que era de R$ 178,00, e o valor vencedor, de R$ 114,00, perguntando se essa redução significativa não seria considerada incompatível. Também destacou que empresas, entre elas a JS Santos, haviam sido desclassificadas e impugnadas juntamente com outras concorrentes, mas que, posteriormente, após análise das contrarrazões pela pregoeira, a própria JS Santos foi declarada vencedora do certame, mesmo apresentando pendências semelhantes às demais empresas. Em resposta, a secretaria explicou que a inexequibilidade de preços é prevista em lei e ocorre quando uma proposta apresenta valor muito abaixo do estimado. Nesses casos, a pregoeira deve solicitar que a empresa comprove que consegue executar o serviço pelo valor ofertado, apresentando justificativas e planilhas de custos. No entanto, ela destacou que, na licitação em questão, não houve redução superior ao limite considerado pela legislação. O valor estimado era de R$ 136,29 e a empresa apresentou desconto de 14,6%, motivo pelo qual não havia obrigação legal de exigir comprovação de exequibilidade, já que a proposta era considerada executável pela lei. **O Vereador Genivaldo Carvalho** questionou se não seria possível antecipar e agilizar os contratos das empresas prestadoras de serviço ao município, para que as ações fossem executadas com mais rapidez, trazendo melhorias para a população e uma melhor imagem para o município. Em resposta, a secretária explicou que alguns atrasos em licitações ocorrem por questões que fogem ao controle da gestão, como recursos apresentados pelas empresas participantes. Destacou que, quando há desistência ou desclassificação, novos prazos precisam ser reabertos, prolongando o processo. Ainda assim, afirmou que muitas licitações são concluídas em tempo adequado, mas que será necessário antecipar algumas

contratações nos próximos anos para evitar novos atrasos. **O Vereador Gilvan Costa** questionou a demora na contratação para aração de terras, destacando que, diante da lentidão do certame licitatório, o município poderia ter utilizado novamente a adesão de atas para agilizar a execução do serviço dentro do período adequado de plantio. Também demonstrou preocupação com a grande diferença entre o valor estimado no edital e o valor apresentado pela empresa vencedora, ressaltando que as empresas acabam reduzindo excessivamente os preços nas concorrências públicas. Além disso, afirmou que o aumento significativo no preço dos combustíveis nos últimos meses poderia comprometer a execução do serviço pelos valores contratados, levantando dúvidas sobre a exequibilidade da proposta vencedora. A secretária respondeu que a pesquisa de preços das licitações segue critérios definidos em lei, utilizando bancos de preços públicos, e destacou que nenhuma empresa impugnou ou questionou os valores estimados do edital. Sobre o aumento dos combustíveis, explicou que a legislação prevê o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro em casos extraordinários, informando que a empresa vencedora já apresentou solicitação, atualmente em análise pela assessoria jurídica. Em relação à adesão de atas para aração de terras, esclareceu que nem sempre existem atas disponíveis para esse tipo de serviço, por se tratar de um objeto muito específico. Destacou ainda que o processo exige levantamento de informações como quantidade de horas, famílias e localidades atendidas, o que demanda tempo. Segundo ela, buscando evitar novos atrasos, a gestão antecipou o início do processo para dezembro, mas, mesmo assim, a licitação só foi concluída em abril, levando o município a planejar maior antecedência para os próximos anos. Não havendo mais nada a tratar, em nome de Deus, o senhor presidente declarou encerrada a sessão.